

Polêmica sobre a posição da burguesia interna diante da política externa dos governos do PT

Tatiana Berringer¹

Resumo: Este texto dialoga com o artigo de Gabriel Kanaan a respeito das críticas apontadas sobre o meu trabalho em seu artigo publicado nos Cadernos Cemarx em 2022. O foco é a política externa dos governos Lula e os interesses da burguesia interna. Kanaan busca refutar o argumento central da minha tese. Para isso, ele utiliza como fontes primárias os telegramas da Embaixada e dos Consulados dos EUA no Brasil entre 2003 e 2010, divulgados pelo site Wikileaks. Diferente de nós, ele sustenta que a burguesia interna teria requerido uma aproximação maior com o imperialismo e se colocado contrária à política externa sul-sul. Ele defende que a burguesia interna queria um acordo com os EUA. Refutamos os argumentos que ele utiliza, bem como a forma que ele utilizou essas fontes para sustentar, no fundo, a não existência de frações de classe na política brasileira.

Palavras-chave: Burguesia interna. Política externa. Wikileaks.

Abstract: This text is in dialogue with the article by Gabriel Kanaan concerning the criticism pointed out about my work in his article published in Cadernos Cemarx in 2022. The focus is the foreign policy of the Lula governments and the interests of the domestic bourgeoisie. Kanaan seeks to refute the central argument of my thesis. For this, he uses as primary sources the telegrams from the US Embassy and Consulates in Brazil between 2003 and 2010, released by the Wikileaks website. Unlike us, he maintains that the domestic bourgeoisie would have required a greater rapprochement with imperialism and opposed a South-South foreign policy. He argues that the domestic bourgeoisie wanted an agreement with the USA. We refute the arguments he uses, as well as the way he used these sources to sustain, in essence, the non-existence of class fractions in Brazilian politics.

Keywords: Internal bourgeoisie. Foreign policy. Wikileaks.

¹ Professora de Relações Internacionais na UFABC.

O artigo de Gabriel Kannan publicado nos Cadernos Cemarx em 2022, cujo título é *“Foi a burguesia brasileira interna? Política externa, luta de classes e tensões interburguesas de escala nos governos do PT”*, parece ser uma versão aprimorada do texto apresentado no II Colóquio Marxismo e Relações Internacionais no Rio de Janeiro (UFRRJ, 2022) no mesmo ano. Tive a oportunidade de debater o texto apresentado nesta ocasião. Kannan tece críticas à “Escola de Campinas” (BERRINGER, 2020), a qual me considero integrante, e cujos estudos dão centralidade à relação entre os conflitos de classe e frações de classe e o Estado nos processos políticos brasileiros. No artigo em tela, ele apresenta a crítica à existência de fracionamentos de classe, e à tese de fortalecimento da burguesia interna nos governos Lula e Dilma (2003-2015) que defendemos nos nossos trabalhos (Boito, 2012, 2018; Berringer, 2015). O foco da crítica concentra-se em dois objetos: a política externa e a relação entre o médio e o grande capital na crise política de 2016. Vamos tratar do primeiro, pois foi e é objeto do meu estudo.

Na minha tese de doutorado, publicado em livro no Brasil e, recentemente, na Inglaterra (Berringer, 2015; 2023), defendi que a burguesia interna (fração integrada por diferentes setores econômicos como a indústria da construção, a indústria da transformação, as mineradoras, o agronegócio e algumas multinacionais instaladas no país há décadas) foi beneficiada pela política externa Sul-Sul dos governos Lula. A plataforma política neodesenvolvimentista foi muito distinta da política neoliberal dos anos 1990, que foi dirigida pelos interesses da burguesia associada e do capital externo, em especial, integradas pelo capital financerizado. A fim de fortalecer a burguesia interna, o Estado adotou postura contrária aos acordos comerciais que tinham como princípio a abertura unilateral da economia brasileira. Assim, arquivou-se o projeto da Área de Livre Comércio da Américas (ALCA), congelou-se as negociações do acordo Mercosul-União Europeia e adotou-se postura combativa através do G-20 na Rodada Doha na Organização Mundial do Comércio (OMC).

Além disso, fortaleceram-se os espaços de integração regional sul-americana, deram foco na aproximação política com os Estados africanos e do Oriente Médio, e à criação de coalizões e cooperação sul-sul. A burguesia interna pode se beneficiar das seguintes políticas estatais: protecionismo seletivo (através das políticas de compras governamentais e conteúdo local), acesso a mercados para exportações e de territórios e financiamento para a instalação das suas empresas.

Os números do comércio de exportação comprovam que grande parte da exportação de manufaturados voltaram-se aos países em desenvolvimento:

[...] as exportações de produtos básicos e industrializados para os países dependentes saltaram, respectivamente, de 7,9 bilhões para 52,2 bilhões de dólares e de 21,8 bilhões para 63,3 bilhões de dólares. No total, o aumento equivale a aproximadamente 288,8%, enquanto o aumento das exportações para os países desenvolvidos foi de 22% (Berringer, 2015, p. 205).

Da mesma forma, os investimentos externos brasileiros diretos, que contaram com financiamento e apoio do BNDES, através da política das grandes campeãs nacionais (Bugiato, 2016), concentraram-se na América do Sul, América Central e África, representando 48% do total (Fundação Dom Cabral, 2011).

A ênfase nas relações Sul-Sul garantiram que o Estado brasileiro transitasse de uma posição política de subordinação passiva em relação ao imperialismo para uma posição de *subordinação conflitiva*. Sem romper com o imperialismo e com a dependência, o Estado alcançou maior margem de manobra na cena política internacional, se comparado com os anos 1990, quando houve forte adesão aos regimes internacionais de desarmamento, meio ambiente e direitos humanos, e um alinhamento às políticas e ditames dos EUA e Europa.

Kannan busca refutar o argumento central da minha tese. Para isso, ele utiliza como fontes primárias os telegramas da Embaixada

e dos Consulados dos EUA no Brasil entre 2003 e 2010, divulga-dos pelo site Wikileaks. Diferente de nós (Berringer, 2015), ele sustenta que a burguesia interna teria requerido uma aproximação maior com o imperialismo e se colocado contrária à política externa sul-sul. Ele defende que a burguesia interna queria um acordo com os EUA.

Começamos pelas fontes e pela tese central do artigo. Em primeiro lugar, estranha-me o fato de não haver citações diretas do meu trabalho, as passagens atribuídas à minha tese aparecem de maneira genérica e sem muitos detalhes. Meu livro nem mesmo aparece nas referências bibliográficas. Em segundo lugar, gostaria de destacar a relevância do uso dos documentos que Kannan analisa. São documentos extremamente valiosos, e podem contribuir para revelar questões relativas às alianças entre os Estados Unidos e setores da burguesia brasileira e, sobretudo, sobre as forças do lavajatismo, trabalho que já começou a ser feito por nós e por outros pesquisadores. No entanto, apenas as mensagens das embaixadas e consulados não podem ser as fontes para um trabalho que pretende estudar a política externa, e a posição e os interesses da burguesia interna brasileira face à inserção internacional do Estado. Conforme o próprio autor afirma (talvez depois de uma diálogo informal entre nós durante o II Colóquio Marxismo e Relações Internacionais): “De toda forma, é imprescindível comparar os arquivos da Embaixada com outras fontes, como a imprensa, os documentos das entidades empresariais, etc. para avaliar o contexto dos telegramas (Kannan, 2022, p. 8)”.

Na minha pesquisa (BERRINGER, 2015), os documentos de posição, estudos, publicações e declarações das entidades de representação de classe como a FIESP, CNI, CNA, etc., foram fundamentais para entendermos não apenas os interesses, mas a presença dessa fração na cena política brasileira, e a relação que estabeleceram com o Estado brasileiro entre os anos 1990 e 2000. Reunimos mais de 40 documentos dessas entidades e de seus representantes, além de usarmos como fontes secundárias trabalhos, teses de doutorado e dissertações de mestrado que estudaram grupos de interesse e política externa, entre

eles: Ardisson (1999), Oliveira (2003), Carvalho (2003; 2010), Cruz e Silva (2011), Bonomo (2006), Iglesias (2007), Bezerra (2008) Ramanzini (2012). Assim, defendemos que haja uma conjugação de fontes: materiais de embaixadas, Ministérios e dos estudos e documentos de posição das entidades patronais, mais dados econômicos, entrevistas e declarações. Com este conjunto de fontes, pode-se analisar de maneira mais profunda os interesses de classe e fração de classe e a relação desses com a política estatal. Isto porque reuniões e conversas bilaterais no mundo da política e da diplomacia, podem nos deixar reféns de jogos, flertes e blefes que integram parte dos processos políticos, que são mais amplos e contraditórios. Por isso, realizamos uma análise integrada, que busca entender a totalidade das relações políticas, econômicas e sociais, e leve em conta o ambiente externo, o ambiente doméstico, as classes e frações de classe que se aglutinam dentro e fora da formação social, produzindo efeitos sobre as políticas estatais (externa, econômica e social).

No meu trabalho (BERRINGER, 2015; 2023), usei, além dos documentos já mencionados acima, dados econômicos de balança comercial, balança de pagamentos, etc., além de relatórios de pesquisas sobre investimentos externos diretos (KPMG, 2008; Fundação Dom Cabral, 2011; CEPAL, 2011 e outros). Com base nessas fontes diversas, constatamos que a política externa sul-sul beneficiou a grande burguesia interna.

Sobre a ideia de que a burguesia interna defendia um acordo com os EUA, Kannan (2002, p. 8-9) escreve o seguinte trecho:

O Cônsul em São Paulo Christopher McMullen (2005-2007) relata o encontro da Representante de Comércio dos Estados Unidos (United States Trade Representative – USTR) Susan Schwab (2006-2009) com 8 entidades empresariais (FIESP, CNI, FIRJAN, CEBEU, AMCHAM Brazil, CEBRI, MBC e ICONE). As reivindicações da carta de março de 2007 discutida pelas entidades empresariais com a Embaixada e a USTR reclamaram da

“ineficácia dos mecanismos cooperativos bilaterais existentes” e, “como alternativa, chamaram o alinhamento”, e enfatizavam um acordo sobre a dupla tributação (ADT, um imposto combinado entre os dois países para evitar que os empresários desistissem do comércio bilateral por serem taxados nos dois países).

No meu trabalho defendi que a ALCA foi negada devido ao conteúdo desigual que o acordo apresentava. Configurava-se como uma proposta de abertura comercial unilateral, uma vez que os EUA não se prontificaram a abrir o mercado para a exportação agrícola brasileira. Além de ser um acordo muito mais amplo do que um acordo comercial, e que trazia ameaça real à existência do Mercosul. Nesse sentido, a posição da burguesia interna brasileira, contrária à ALCA, especialmente em 2002, esteve presente na ação da Coalizão Empresarial Brasileira (CEB), em estudos da Fiesp, e outras manifestações de associações como a ABIMAQ, etc. (BERRINGER, 2015). Isso também foi demonstrado por outros trabalhos importantes na área, como a tese do professor Amâncio de Oliveira da USP (2003). Mas o interesse por um acordo comercial bilateral não saiu do horizonte da burguesia interna brasileira. Segue trecho do final nosso livro:

[...] na agenda da burguesia interna ainda está colocado um acordo com os Estados Unidos, União Europeia, México, Índia, África do Sul e outros. Isso porque esses são mercados muito importantes, não só para os produtos agrícolas como também para produtos manufaturados (BERRINGER, 2015, p. 216).

Isto é, a burguesia interna almeja um acordo com os EUA e outros Estados ou regiões, especialmente, visando regras de facilitação de comércio (desburocratização) e o fim da bitributação. O objetivo é o aumento das exportações e a chamada “integração em cadeias de valor”. Nesse sentido, houve dois acordos firmados no governo Bolsonaro através da “Agenda da Prosperidade” em 2020. Tomaz

e Vigevani (2023) afirmam que a CNI, a Amcham e o Conselho Empresarial Brasil-EUA entregaram uma carta de demanda de um acordo de livre comércio entre os dois Estados para o Escritório de Representação Comercial do Estados Unidos (USTR) também em 2020, que correspondia a uma agenda antiga desses setores. No entanto, a proposta acabou não avançando.

Cabe lembrar que a burguesia interna, por definição, é dependente financeira e tecnologicamente do capital externo (POULANTZAS, 2019), e que os EUA são um mercado de exportação importante para o aço, o agronegócio, a indústria têxtil e outros setores. Da mesma forma, há uma enorme pauta de importação como o trigo, produtos tecnológicos, etc.

Além disso, Kannan afirma que a burguesia interna teria rejeitado a política de defesa e o regime de partilha do pré-sal. Os estudos da “Escola de Campinas”, salientam que, historicamente, a burguesia interna brasileira não apoiou as políticas de estatização ou controle nacional do petróleo (FARIAS, 2010).

Outro ponto que discordamos de Kannan é a tentativa de chamar atenção para uma possível formação de redes no interior da burguesia, historicamente conduzidas pelas trajetórias de alguns dirigentes como Tabacof, presidente da Abracelpa e membro do conselho diretivo da Suzano papel e celulose, que teria passado pelo Banco Safra, Banespa, Embraer, etc. Isso levaria a pensar que Tabacof não representa um único setor, que haveria então uma unidade no seio da burguesia. A trajetória individual de CEO ou dirigentes de entidades patronais não pode ser confundida com posições de classe e frações de classes. Esse recurso se aproxima mais dos estudos de elites do que do marxismo.

Um último ponto que queremos salientar. Kannan embasa a crítica sobre os interesses da burguesia interna em relação à política externa Sul-Sul com um documento de 2015 da burguesia interna brasileira acerca do suposto engessamento ou limite que o Mercosul passou a representar para novos acordos comerciais (KANAN, 2022,

p.13-14). Defendemos em vários textos (Berringer 2017; 2019; 2023), que a partir de 2012 houve uma mudança de posição da burguesia interna em relação à política externa. Isso esteve ligado ao impacto da crise internacional de 2008, a nova conjuntura da política internacional com a ascensão da China e a ofensiva dos EUA em relação aos governos progressistas. Estes elementos se conectaram e produziram efeitos que contribuíram com a crise política doméstica no Brasil (Singer, 2018). A ofensiva da frente neoliberal ortodoxa logrou dividir e atrair a parte da burguesia interna para o seu campo, o que contribuiu para o golpe de Estado de 2016 (BOITO, 2018).

Sustentamos que a partir de 2013, houve uma mudança da posição da burguesia interna brasileira em relação ao Mercosul, que tem a ver com a junção dos elementos citados acima, e também outros dois fatos importantes : 1) a crise econômica na Argentina, que levou o Estado vizinho a adotar barreiras comerciais em 2011 e 2012; 2) o golpe de Estado no Paraguai em 2012, e a decisão do bloco de suspender esse Estado e admitir a entrada do Estado venezuelano, que desde 2009 aguardava decisão do Parlamento paraguaio. Esses elementos, se entrelaçam com a queda do PIB brasileiro, a competição com os produtos chineses na região e o avanço das negociações dos mega-acordos regionais (TPP, TISA e Transatlântico) que os EUA começaram a propor a fim de competirem com a China. Isso tudo levou a burguesia interna a entender que o Mercosul não estava cumprindo seu papel de aumento das trocas regionais, e a Tarifa Externa Comum e a entrada da Venezuela no bloco poderiam tornar-se entraves para a negociação de outros acordos comerciais. Havia um temor, similar aos anos 1990, de que o país pudesse ficar isolado caso não adotasse o neoliberalismo ortodoxo. Além disso, somaram-se as falas e declarações dos movimentos *pró-impeachment* nos quais a alta classe média e a imprensa, acusavam a política externa de ideologia partidária, bolivarianismo, etc. (Barros, 2022). A burguesia interna passou então a reivindicar uma flexibilização do bloco e o avanço das negociações do acordo Mercosul-União Europeia. A Fiesp, em especial,

reclama por um modelo de inserção em cadeias de valor, similar aos modelos asiáticas de *export led industrialization*. Mas, apesar disso, em 2020, o conjunto dos setores que integravam a burguesia interna não aprovaram a proposta do governo Bolsonaro de redução da Tarifa Externa Comum (TEC), pois entenderam que corresponderia a uma abertura comercial unilateral, postura que rejeitam (Botão, 2023).

Isso posto, parece que o autor ignora a ideia de que os fractionamentos de classe e as suas aglutinações são temporárias e flexíveis (FARIAS, 2010). Não se pode depreender que os interesses colocados em 2003 são os mesmo de um momento de crise política no país, e de forte mudança no contexto internacional como o período de 2015 e 2016. Ademais, no fundo, aparece a negação do autor acerca da existência de frações de classe, isso decorre de uma visão essencialista da política no capitalismo diante da qual só existe a luta entre a burguesia e o proletariado e nenhum outro conflito social acontece. Parte importante da esquerda brasileira, é seguidora e refém dessa tese simplista. Quando estamos analisando conjunturas políticas que não são revolucionárias, as disputas entre classes e frações de classe merecem atenção. Existem muitos entrecruzamentos e contradições que podem ser explorados pelos movimentos de esquerda e partidos revolucionários, isso não significa defender a tese de aliança com a burguesia nacional.

Referências

- ARDISSONE, Carlos Maurício Pires e Albuquerque. *Percepções e ações do empresariado industrial brasileiro no contexto do Mercosul*. Dissertação de mestrado. Instituto de Pesquisa em Relações Internacionais da PUC-RJ, Rio de Janeiro, 1999.
- BARROS, L. O. *Crise política, política externa e a alta classe média brasileira em 2016: reflexões sobre a ideologia americanista*. 2022. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais. Universidade Federal do ABC, 2022.

- BERRINGER, Tatiana. A burguesia brasileira e a política externa nos governos FHC e Lula. Curitiba, Appris, 2015.
- BERRINGER, Tatiana. A burguesia interna brasileira e a integração regional da América do Sul (1991-2016). Revista Oikos. Rio de Janeiro. v.16, n.1. 2017.
- BERRINGER, Tatiana. A frente neodesenvolvimentista e a política de integração regional nos governos PT: ascensão e queda do regionalismo multidimensional. In: Bouffartigue, Paul; Boito, Armando; Beroud, Sophie; Galvão, Andrea. O Brasil e a França na mundialização neoliberal: mudanças políticas e contestações sociais. 1. Ed. São Paulo: Alameda, 2019.
- BERRINGER, Tatiana A 'Escola de Campinas': a análise poulantziana da política brasileira. In: *Crítica Marxista*, v. 51, p. 37 - 56, 2020.
- BERRINGER, Tatiana. *Brazilian bourgeoisie and foreign policy*. Brill Publisher, 2023.
- BEZERRA, Vicente Amaral. *Participação de grupos empresariais em negociações comerciais: o caso das negociações entre Mercosul e União Europeia (2001-2004)*. Dissertação de mestrado apresentada ao Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas. Brasília, UNB, 2008.
- BOITO, Armando. Governos Lula: a nova burguesia nacional no poder. In: Boito Jr, Armando & Galvão, Andréia. *Política e classes sociais no Brasil nos anos 2000*. São Paulo: Editora Alameda, 2012.
- BONOMO, Diego Zancan. *A mobilização empresarial para a Tríplice Negociação Comercial: ALCA, Mercosul-União Europeia e OMC (1994-2004)*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (PUC-SP), São Paulo, 2006.

- BOTÃO, Gustavo. *A burguesia interna brasileira e a reforma neoliberal-ortodoxa no Mercosul (2019-2022)*. Dissertação de mestrado em Relações Internacionais pela UFABC, 2023.
- BUGIATO, Caio. *A política de financiamento do BNDES e a burguesia brasileira*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2016.
- CARVALHO, Maria Izabel. Estruturas domésticas e grupos de interesse: a formação da posição brasileira para Seattle. In: *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, vol 25, nº 2, 2003, p. 363-401.
- CARVALHO, Maria Izabel. Condicionantes internacionais e domésticos: O Brasil e o G-20 nas negociações agrícolas da Rodada Doha. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, vol 53, nº 2, 2010, pp. 405-455.
- CEPAL. *La inversión directa extranjera en America Latina y em el Caribe*. Boletim Informativo, 2011.
- CRUZ E SILVA, Érica. *A atuação do empresariado brasileiro no governo Lula: o posicionamento da CNI sobre questões internacionais*. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Ciência Política da USP, São Paulo, 2011.
- FARIAS, Francisco. *Estado e classes dominantes no Brasil (1930-1964)*. Tese (doutorado em Ciência Política), Unicamp, 2010.
- FUNDAÇÃO DOM CABRAL. *Ranking das transnacionais brasileiras* 2011. Disponível em: www.fdc.org.br.
- IGLESIAS, Wagner. O empresariado do agronegócio no Brasil: ação coletiva e formas de atuação política — as batalhas do açúcar e do algodão na OMC. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, nº 28, 2007.

KANAAN, Gabriel. Foi a burguesia brasileira interna? Política externa, luta de classes e tensões interburguesas de escala nos governos do PT". In: *Cadernos Cemarx*, Unicamp, Vol 16, 2022. Disponível em: Vista do Foi a burguesia brasileira interna? | Cadernos Cemarx (unicamp.br).

KPMG – Tax Advisors/Assessores Tributários Ltda. *Multinacionais brasileiras*. [s. l.]: KPMG, 2008. Disponível em: http://www.kpmg.com.br/publicacoes/tax/Multinacionais_Brasileiras_08_portugues.pdf. Acesso em: março de 2010.

OLIVEIRA, Amâncio Jorge. O governo do PT e a Alca: política externa e pragmatismo. In: *Estudos avançados*, 17, 48, 2003.

RAMANZINI, Haroldo. *O Brasil e as negociações do sistema Gatt/OMC: uma análise da Rodada Uruguai e Rodada Doha*. Tese (Doutorado em Ciência Política), USP, 2012.

THOMAZ, Laís Forti; VIGEVANI, Tullo. Bolsonaro's Subservience to Trump, 2019 and 2020. A Demanding Agenda and Limited Reciprocity. Translated by Heather Hayes. *Latin America Perspectives*, Vol, 50, 2023.

UFRRJ. II Colóquio Marxismo e Relações Internacionais, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: Rimarxismo | II Colóquio Relações Internacionais e Marxismo no Rio de Janeiro (rimarxismosite.wixsite.com).